

Cadernos Temáticos

de Ciências Gerenciais

textos para reflexão

Leia nesta edição:

Crescimento Econômico e Problemas Sociais nos Anos 90

Daniela Almeida Raposo.....1

O Mercado de Trabalho e a Questão do Desemprego na Década de 90

Josiane Patrícia de Oliveira et al.4

Uma Breve Discussão sobre a Reforma Agrária no Primeiro Mandato do Governo FHC

Antônio Donizetti et al.7

Resenha: Avaliação Crítica de um Texto

Raíssa Pimenta Pires.....10

Resenha - Oech, Roger. *Um "toc" na cuca.*

Ana Paula Duarte Flister e Elisa Maria da Silveira.....11

Blanchard, Kenneth; Johnson, Spencer. *O gerente minuto*

Juliano de Freitas Marques e Michelle Duarte Machado.....13

SALIM, Cesar et al. *Construindo planos de negócios*

Robson de Souza Baesso.....14

Lei das Falências

Luciana Evelise Amorim Vasconcelos.....15

A Lei de Falências e as Sugestões ao Substitutivo

Breno Lessa Rocha.....16

Críticas à Nova Lei de Falências

Karen Caroline de Avelar.....17

CRESCIMENTO ECONÔMICO E PROBLEMAS SOCIAIS NOS ANOS 90

Daniela Almeida Raposo

Mestre em Teoria Econômica pelo CEDEPLAR/UFM, Professora do curso de Economia da FAGE/FEMM

Nas últimas décadas, os países em desenvolvimento vêm experimentando profundas transformações, com o intuito de se inserirem no novo modelo de desenvolvimento econômico. A austeridade fiscal, a privatização e a liberalização de mercado exemplificam reformas recomendadas pelo Consenso de Washington e atendidas pela maioria desses países.

A garantia, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, de maior crescimento e eficiência econômica motivaram os governos dos países emergentes a efetuarem também as reformas supracitadas.

Não indiferente a essas recomendações, o Brasil, nesse período, passou por profundas transformações estruturais que ensejam um novo tipo de inserção internacional do país.¹ A abertura econômica e a

¹Em GIAMBIAGI e MOREIRA (Org.) *A economia brasileira nos anos 90*. BNDES, 1999, apresenta-se um conjunto de artigos que aprofundam no debate das grandes transformações ocorridas na economia brasileira na década de 90.



Número

3

Novembro 2003
Sete Lagoas, MG

privatização, associadas ao arrefecimento do processo inflacionário, criam incentivos aos investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros, medidas que acabam por agravar problemas sociais, como o desemprego, a fome e a questão agrária.

As reformas empreendidas tiveram, principalmente, a finalidade de fortalecer e reestruturar os sistema produtivo e econômico nacional, além de terem sido essenciais para a estabilização da economia. Como consequência desse conjunto de reformas, há um estímulo positivo sobre a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Pela Tabela 1, observa-se que, após o período recessivo de 1990-92, quando essa taxa decresceu 1,2% por ano, principalmente devido à perda na indústria, o Brasil passou a crescer, em média, 4% em 1993-97, crescimento esse assegurado pelo peso industrial. Entretanto, em 1998-99, observou-se uma queda na taxa de crescimento do PIB, devido às fortes turbulências na política cambial, período marcado por sucessivas crises dos mercados emergentes (Sudeste Asiático, Rússia e Brasil) (BARBOSA FILHO, 2001).

Tabela 1 - Taxas reais de variação do Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB total
1991	1,4	0,3	2,0	1,0
1992	4,9	- 4,2	1,5	-0,5
1993	- 0,1	7,0	3,2	4,9
1994	5,5	6,7	4,7	5,9
1995	4,1	1,9	4,5	4,2
1996	3,1	3,3	2,3	2,7
1997	-0,2	5,8	2,7	3,6
1998	0,0	-1,3	0,8	-0,1
1999	9,6	-1,6	1,4	1,1
2000	3,0	4,9	3,7	4,4
2001	5,1	0,6	2,5	1,5

FONTE: IBGE (2003)

Com a implantação do Plano Real, em meados de 1994, a economia brasileira caminha para uma nova fase conjuntural. O sucesso do Plano no combate à inflação (vide Tabela 2) está associado a medidas de controle cambiais e monetárias: âncora cambial e política de não intervenção do Banco Central no mercado de câmbio, âncora monetária - austeridade na administração da oferta de moeda, além da promoção de amplas reformas estruturais, como a

liberalização comercial, com queda da tarifa média de 35%, em 1989, para 32%, em 1990, 25% em 1991, 14% em 1994 e 13% em 1995; privatização, implementada junto à redução do estoque da dívida interna, a retomada do investimento em setores de infra-estrutura e atração de capitais externos de longo prazo; reformas constitucionais, dos sistemas previdenciário, tributário e administrativo.

Tabela 2 - Inflação Brasileira entre 1991 e 2001

Variação acumulada	IGP-DI (FGV)	IGP-M (FGV)	IPCA (IBGE)	INPC (IBGE)	IPC (FIPE)
1991	480,2	458,4	472,7	475,1	458,6
1992	1157,8	1174,5	1119,1	1149,1	1129,5
1993	2708,2	2567,5	2477,2	2489,1	2491,0
1994	1093,9	1246,6	916,4	929,3	941,3
1995	14,8	15,2	22,4	22,0	23,2
1996	9,3	9,2	9,6	9,1	10,0
1997	7,5	7,7	5,2	4,3	4,8
1998	1,7	1,8	1,7	2,5	-1,8
1999	20,0	20,1	8,9	8,4	8,6
2000	9,8	9,9	6,0	5,3	4,4
2001	10,1	10,1	7,6	9,8	7,3

FONTES: IPEA, apud FGV, IBGE, FIPE-USP

No entanto, devido às crises econômicas dos países emergentes, no ano de 1999, o governo realizou uma desvalorização cambial ocasionada pela mudança do regime de bandas estreitas para um regime de "flutuação administrada", alterando significativamente os preços relativos da economia e, com isso, a estrutura de incentivos para a alocação de recursos. Os dados da Tabela 2 apontam para uma oscilante taxa recessiva de crescimento econômico e um aumento da taxa de inflação a partir desse período, problemas contornados via políticas monetárias e fiscais, altamente restritivas, como a elevação da taxa de juros e metas de sucessivos superávits primários, seguindo as recomendações do FMI e do Banco Mundial.

De forma geral, a manutenção dessas medidas atendem apenas aos interesses dessas instituições, indo contra o desenvolvimento econômico e social do país. A lógica dessas políticas paralisa os mercados de produção, trabalho e financeiro do Brasil e agravam os problemas sociais. Exemplificando, de acordo com a United Nations (2003), o Produto Interno Bruto brasileiro ocupa o oitavo lugar na economia mundial, em 2001; entretanto, segundo dados do Banco Mundial (2000), o país ocupa posição constrangedora no cenário internacional no quesito distribuição de renda.

Os dados da Tabela 3 apresentam uma compassiva melhora no processo de distribuição de renda no período de 1990 a 1999. Em 1990, os 10% mais ricos apropriam-se de 49,05% de toda a renda gerada, enquanto 2,11% dessa renda a auferem os 20% mais pobres. O resultado mais preocupante, neste ano, se refere à parcela de 11,35% da renda total acordada para metade da população mais pobre, ao passo que os 1% mais ricos recebem uma quantia superior de 13,8% da riqueza do país. Para o final da década de 90, as proporções entre as faixas, analisadas anteriormente, são sensivelmente menores, o único resultado acentuadamente alarmante alude ao valor estimado do coeficiente de Gini, sinal de aumento no grau de desigualdade de renda.

considerável piora no final da década de 90. Como mostra o Gráfico 1, após sofrer brusca redução em fins dos anos 80, o rendimento médio real passar a cair continuamente, com poucas exceções positivas, abaixo do patamar verificado em 1980, sempre perdendo o valor real do poder aquisitivo, fenômeno que ilustra adequadamente o achatamento salarial, consequência direta das medidas econômicas adotadas pelo governo nos anos 90.

Dessa maneira, os resultados macroeconômicos isoladamente destacados pelo governo, o saldo comercial, o superávit primário, o risco Brasil, dentre outros indicadores, não podem ser festejados num contexto de crescente desestabilidade social, aumento da exclusão, dimi-

Tabela 3 - Coeficiente de Gini e parcela apropriada de renda por faixas da renda total (%) (Brasil, 1990/1999)

Faixas	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Índice de Gini	0,616	0,583	0,604	0,601	0,602	0,602	0,602	0,596
1% mais ricos	13,8	13,21	15,02	13,86	13,54	13,77	13,89	13,31
10% mais ricos	49,05	45,81	48,58	47,92	47,59	47,7	47,92	47,45
20% mais pobres	2,11	2,32	2,24	2,29	2,15	2,2	2,25	2,34
50% mais pobres	11,35	13,09	12,3	12,32	12,08	12,11	12,24	12,55

Fonte: IPEA (2003)

Obs. : A exclusão dos anos de 1991 e 1994 se deve à insuficiência de dados.

Além disso, tendo em vista a trajetória do rendimento médio real (1985-2003), pode-se constatar a depreciação do poder de compra dos trabalhadores empregados na atividade principal, com

nuição das vendas no atacado e no varejo, negativas taxas de crescimento industriais, fechamento de empresas, aumento do desemprego e, consequentemente, da informalização do emprego e os



IPEADATA

_Rendimento médio - real - assalariados - trabalho principal - índice (média 1985 = 100) - RMSP

<http://www.ipeadata.gov.br>

Gráfico 1 - Rendimento médio real dos assalariados no trabalho principal na RMSP - índice (média 1985 = 100)

Fonte: IPEA (2003)

escorchantes juros. A retomada do crescimento econômico e, portanto, do desenvolvimento depende de mudanças efetivas e imediatas na política econômica, um pouco diferente dessa baseada nas recomendações de instituições comprometidas com os interesses mundiais e com realidades diferentes da destacada acima.

Ciente dessas constatações, busca-se discutir nos trabalhos a seguir alguns problemas agravados na década de 90, como a questão do desemprego e da reforma agrária.

Referências Bibliográficas

BANCO Mundial. Washington: Work Bank, 2000. Disponível em: <<http://www.workbank.com>>. Acesso em: 15 ago. 2003.

BARBOSA FILHO, N. H. *International liquidity and growth in Brazil*, CEPA Working Paper, n.4, 2001.

GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício M. (Orgs.) *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/>> Acesso em: 15 ago. 2003.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2003.

UNITED Nations. Disponível em: <<http://www.onu.com>>. Acesso em: 15 ago. 2003.

O MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DO DESEMPREGO NA DÉCADA DE 90¹

Josiane Patrícia de Oliveira, Arilho Abreu Gárcia, Davidson Fonseca, Igor Magno Abreu Alves, Ilma Gonçalves Peixoto, Valquíria Maria, Viviane Abreu Marques
Graduandos de 2003 em Economia pela FAGE/FEMM

1 As Causas do Desemprego

O desemprego é um fenômeno decorrente de variações da demanda agregada (corrente e esperada). Costuma-se separar as causas do desemprego em estruturais e conjunturais; portanto, é incorreto afirmar que o desemprego seja basicamente estrutural e que os governos não tenham responsabilidade nesse processo. Em primeiro lugar, as mudanças estruturais acarretam um abalo nas condições típicas de criação e manutenção de emprego e cabe ao governo ajustar as falhas desse mercado. Em segundo lugar, as próprias medidas adotadas pelo governo podem gerar mais desemprego. No caso brasileiro, o desemprego está sendo criado tanto no setor privado, em resposta às políticas de sustentação dos atuais regimes cambial e comercial geradores de desequilíbrios crônicos no balanço de pagamentos, como no setor público, em virtude tanto da política de contenção salarial e de dispensa de funcionários públicos como das privatizações, as quais implicam o enxugamento do quadro de funcionários das empresas privatizadas (GREMAUD et al., 2002).

Adicionalmente às causas, o Direito do Trabalho tem por finalidade a tutela dos trabalhadores e a consecução de uma igualdade substancial e prática para os sujeitos envolvidos. As persistentes crises contemporâneas têm tido um impacto particularmente destrutivo sobre o emprego, colocando em debate o modelo tradicional do Direito do Trabalho, tal como foi sendo construído nos anos 60. Isso porque o modelo constitui fator de rigidez do mercado de emprego e da alta do custo do trabalho, e nessa medida, contribui para o decréscimo dos níveis de emprego e para o conseqüente estímulo ao desemprego. (PINHO; VASCONCELLOS, 2002).

Por fim, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação possibilita profundas mudanças no processo produtivo. O modelo *Fordista*, caracterizado pela produção em série, homogênea e rígida hierarquia de funções, vem sendo substituído, principalmente nas duas últimas décadas, por um modelo de empresa flexível, automatizada e baseada fundamentalmente na tecnologia de informação. As novas máquinas exigem treinamento e dependem de poucos funcionários. Além da redução de postos de trabalho, as exi-

¹Trabalho apresentado à Disciplina de Contabilidade Social, sob orientação da Prof^a. Daniela Almeida Raposo

gências de atualização e treinamento excluem milhares de trabalhadores da possibilidade de preencherem as vagas ainda disponíveis, o que colabora, de certo modo, para o aumento do desemprego.

No Brasil, o desemprego está, acima de tudo, vinculado ao insuficiente crescimento econômico. No entanto, em alguns setores, a adoção de novas tecnologias reforça esse desemprego. Em alguns países centrais, o desenvolvimento de novas tecnologias pode até gerar empregos. No Brasil, porém, não gera tecnologia, mas se apropria de inovações desenvolvidas por outros países, a importação desses equipamentos contribui para criar novos empregos apenas nos países fornecedores, segundo Waldir Quadros, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT).

Apesar da necessidade do profissional de buscar atualização e treinamento, a qualificação dos trabalhadores não garante sua inserção no mercado de trabalho ou mesmo queda no nível de desemprego. Segundo Waldir Quadros, a qualificação do profissional não gera emprego, apesar de ser essencial a todos.

2 O Mercado de Trabalho nos Anos 90

Ao longo da década de 90, observa-se a tendência de crescimento da taxa de desemprego aberto e a elevação da participação do emprego informal nas regiões metropolitanas (TAB.1). Além disso, em virtude do momento recessivo por que passa a economia nacional, bem como a paulista, tem havido uma redução no número de pessoas ocupadas

TABELA 1 - Taxas de Desemprego - Brasil e Grande São Paulo (%)

Período	Brasil (IBGE)	Grande São Paulo (IBGE)	Grande São Paulo (SEADE)
1991	4,8	5,5	11,7
1992	5,8	6,6	15,2
1993	5,3	5,7	14,7
1994	5,0	5,4	14,2
1995	4,6	5,2	13,2
1996	5,5	6,3	15,0
1997	5,7	6,6	15,7
1998	7,6	8,6	18,2
1999	7,6	8,0	19,7
2000	6,8	7,2	16,3

FONTES: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE, PME; SEADE/DIEESE.

com carteira assinada e a ampliação dos sem carteira e dos que trabalham por conta própria, indicando uma precarização nas condições do mercado de trabalho nacional e regional.

Nesse sentido, a crescente participação de trabalhadores com carteira assinada no total de pessoas ocupadas é rompida, por uma modificação significativa na forma de inserção no mercado de trabalho. Nas áreas metropolitanas, a participação dos que trabalham por conta própria e dos empregados sem carteira no total das pessoas ocupadas aumenta de 39,3%, em 1990, para 48,0%, em 1996 (GRAF. 1). As condições adversas da economia do País no início da década, levaram os trabalhadores a aceitar empregos de baixa qualidade ou a buscar sua subsistência como autônomos ou assalariados sem carteira.

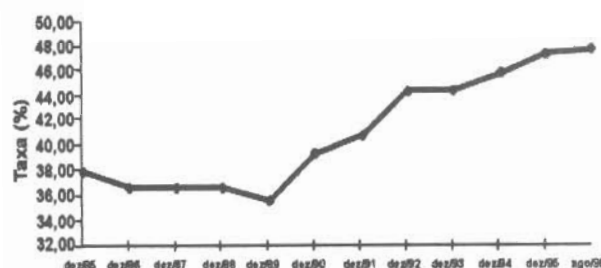


GRÁFICO 1 - Evolução do Grau de Informalização do Pessoal Ocupado. Total de seis áreas metropolitanas (RE, SA, BH, RJ, SP, POA)
Fonte: IBGE (2203)²

Segundo dados do Ministério do Trabalho no setor formal do mercado de trabalho, foram eliminados cerca de 2,1 milhões de empregos, entre 1990 e 1995. Pela sua profundidade e extensão no tempo, a redução de postos de trabalho origina-se do processo de abertura comercial, o qual substitui o antigo modelo de substituição de importação, característico do desenvolvimento brasileiro até o final dos anos 80².

O GRÁF. 2 mostra a tendência descendente de geração de empregos no setor formal a partir de 1990. Entretanto, parte desse contingente encontra ocupações no setor terciário, formal (por conta própria) ou informal.

Em consequência dessa informalização, a taxa de desemprego eleva-se ao longo da década. A evolução da taxa de desemprego aberto, para as seis áreas metropolitanas cobertas pela PME/IBGE, no

² Ver mais em GREMAUD et al., 2002.

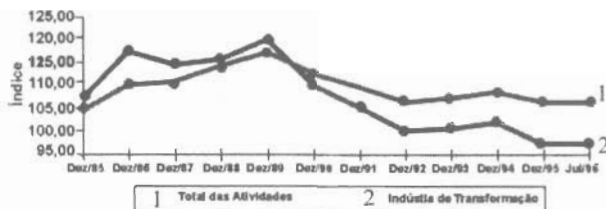


GRÁFICO 2 - Evolução do Emprego Formal no Brasil. Base: Dez./84 = 100

Fonte: MTE (2003)

período 1982-96, apresenta ascensão entre 1990 e 1992 e começa a declinar em 1993, consolidando sua queda após a implantação do Plano Real, em 1994. Em 1996, todavia, a taxa de desemprego volta a se elevar (5,79%), com relação à média de 1995 (4,64%) (GRÁF. 3).

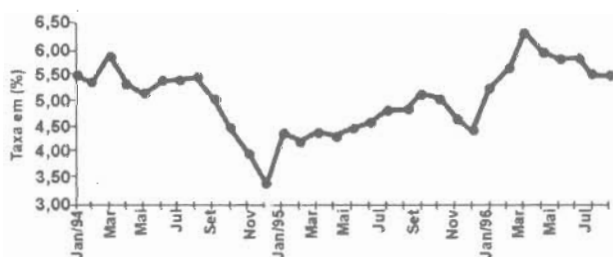


GRÁFICO 3 - Evolução mensal da taxa de desemprego aberto. Total das áreas metropolitanas (RE, SA, BH, SP, POA)

Fonte: IBGE (2203)

Parte do recente aumento do desemprego deve-se à reestruturação tecnológica e à adoção de novas formas de organização do trabalho e de gestão que as empresas brasileiras vêm adotando, com o objetivo de reduzir custos e aumentar a competitividade dentro de uma economia aberta e globalizada.

Os novos padrões tecnológicos diminuem os requisitos de trabalho por unidade de produto e de capital, demandando, cada vez mais, trabalho qualificado. Constitui-se, portanto, em importantes mudanças estruturais nas condições econômicas subjacentes ao crescimento do emprego.

Os ganhos de produtividade, importantes para acrescer a competitividade da economia e obter vantagens comparativas, amortecem, entretanto, os efeitos do crescimento do produto industrial sobre o nível do emprego. O GRÁF. 4 identifica o incremento de 31% na produtividade, medida tanto por trabalhador quanto pela hora paga, no período de 1991 a 1995. Esse aumento de produtividade tem importantes conseqüências para a quantidade e a

qualidade do emprego que a economia está gerando. Entre outras, impõe um enorme desafio para o sistema de educação e de formação profissional do país, além de ensinar o aperfeiçoamento das relações de trabalho.

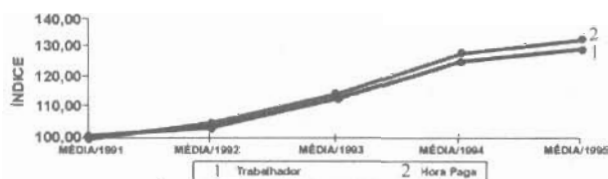


GRÁFICO 4 - Evolução da Produtividade na Indústria de Transformação.

Base: Média de 1991=100,00

Fonte: IBGE (2003)

Percebe-se, por um lado, uma crescente informalização da força de trabalho: por outro, o crescimento da produtividade no setor moderno é substancial, amortecendo os efeitos da expansão econômica sobre o emprego formal. Em conseqüência, o ajuste do mercado de trabalho à realidade econômica dos anos 90 está-se manifestando mais pela informalização do que pelo desemprego.

Conclui-se que o Brasil sofre verdadeiras alterações no mercado de trabalho e no nível de desemprego, refletindo no aparecimento do mercado informal, constituído pela força de trabalho excedente ou excluída, em função da pequena oferta de empregos. Após o Plano Real, o desemprego, acompanhado pela crescente flexibilização do mercado de trabalho, pelo discurso neoliberal e pela abertura econômica, torna-se mais um grave problema nacional.

Referências Bibliográficas

- GREMAUD et al. *Economia brasileira e contemporânea*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/>> Acesso em: 27 jun. 2003.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2003.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego, Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/menu/Estatistica/PDET/>> Acesso em: 27 jun. 2003.
- PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). *Manual de economia*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

Antônio Donizetti, Flávio Vaz, Geraldo, Iara Angélica, Josué, Luciene Marques, Marisa Guimarães

Graduandos de 2003 em Economia pela FAGE/FEMM

1 Conceito

“Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade.” (Estatuto da Terra, (Lei 4504), Art.1º, §1º)

2 Objetivo

“A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.” (Estatuto da Terra, Art.16)

3 Por Que Fazê-la?

O desenvolvimento brasileiro pressupõe a redução das desigualdades sociais para a construção de uma nação mais justa, uma sociedade sem miséria. Dentre as reformas necessárias, uma certamente se destaca: a reforma agrária. Sem democratizar a posse da terra e alterar o modelo agrícola baseado na grande propriedade, o país continuará em dívida com a cidadania.

Neste sentido, a nação carece de uma nova reforma agrária. Um processo de reformulação fundiária que gere um novo modelo agrícola, no qual a pequena e a média propriedade ocupem o lugar central. Para chegar lá, o melhor caminho é a democracia, a negociação, o diálogo e a capacidade de convencer os setores produtivos da necessidade de alterar o modelo concentracionista baseado na grande propriedade.

4 Um Balanço da Reforma Agrária – 1995/98

4.1 Reforma da Legislação

Em conjunto com o Congresso Nacional, o Governo promoveu ampla reforma da legislação

agrária, com o objetivo de acelerar o processo, minimizar a possibilidade de indenizações superavaliadas pelas terras desapropriadas e criar novos instrumentos para prover maior eficácia à reforma agrária.

Com a aprovação da Lei do Rito Sumário, em 1996, aceleram-se as ações de reforma agrária consideravelmente. Um estudo do INCRA mostra que o tempo médio das principais fases de tramitação dos processos agrários se reduz de um quinto a um terço no ano de 1998, tomando por base 1993; nesse ano, entre a desapropriação e o assentamento, levam-se 467 dias, já em 1998, apenas 131 dias, ou seja, há redução de 72%. A diferença de 336 dias representa ganho de quase um ano. Pela Lei do Rito Sumário, uma vez depositada em juízo a indenização devida, o Juiz Federal tem prazo de 48 horas para imitar o Incra na posse do imóvel desapropriado.

O Ministério Público também passa a mediar os conflitos, a partir da Lei 9.415/96, acompanhando as ações de reintegração de posse e, assim, prevenindo atos de violência, enquanto o Decreto 2.250/97 democratiza a reforma agrária, permitindo às entidades representativas de trabalhadores rurais indicar áreas a serem desapropriadas.

Medida provisória de junho de 1997 (sucessivamente reeditada) introduziu mudanças nas Leis 8.629/93 (Lei Agrária) e 8.437/92. O processo de vistoria prévia torna-se mais fácil e rápido e o prazo para ações revisórias é aumentado de dois para quatro anos, dando fim às chamadas superavaliações. Com isso, o Incra economiza 1,5 bilhão de reais em 1997 e 1998, ao deixar de pagar precatórios judiciais de indenizações superavaliadas.

A Lei 9.393/96 modifica o Imposto Territorial Rural, a fim de inviabilizar a manutenção de latifúndios improdutivos como reserva de valor. A alíquota máxima do imposto, de 4,5%, passa a 20% do valor da terra ao ano, o novo imposto pro-

¹Trabalho apresentado à Disciplina de Contabilidade Social, sob orientação da Profª. Daniela Almeida Raposo

move distinção entre grandes e pequenos proprietários, a terra produtiva e a improdutiva, o trabalhador e o especulador. O uso social da terra é incentivado: a pequena propriedade e as áreas de interesse ecológico, reconhecidas pelo Ibama, não pagam nada; a terra produtiva paga menos.

A Lei Complementar 93/98 estabelece um fundo de financiamento de longo prazo, para aquisição de terras e projetos de assentamento, o Banco da Terra ².

Por fim, os Decretos 2.614/98 e 2.680/98 autorizam ao INCRA a participação em leilões de terra, o que permite maior agilidade na aquisição. O Incra pode fazer pré-seleção de terras diretamente ou por intermédio de instituições de mercado que operem como bolsa de mercadoria, com o objetivo de promover o aumento da oferta de terras.

Os itens a seguir apontam dados de desenvolvimento da questão agrária no Brasil em face das reformas sugeridas no Primeiro Mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

4.2 Famílias Assentadas

O compromisso assumido pelo Presidente FHC ao tomar posse, em 1995, de assentar em lotes próprios 280 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra é cumprido. Na verdade, ultrapassado em 7.539 famílias. Só em 1998 são assentadas mais de 101 mil famílias, segundo dados da Tabela 1. Essas famílias foram beneficiadas por lotes de terra em 2.356 projetos de assentamento criados pelo INCRA ao longo desses quatro anos (TAB. 2). Nas três décadas antecedentes, desde a edição do Estatuto da Terra, em 1964³, a reforma agrária havia assentado apenas 218 mil famílias.

TABELA 1 - Famílias assentadas - 1995/1998

Ano	Número de Famílias
1995	42.827
1996	61.674
1997	81.944
1998	101.094
Total	287.539

Fonte: INCRA (2003)

²O Projeto Banco de Terra trata de um fundo para financiar a aquisição de terras, sua gestão está associada ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

³O Estatuto da Terra, como é conhecida a Lei 4504/64, promulgada no governo Castelo Branco, representou a expressão máxima da visão reformista, o estatuto, propunha uma "solução democrática" à "opção socialista". Procurava, dessa forma, impulsionar o desenvolvimento do capitalismo no campo.

TABELA 2 - Projetos de Assentamentos Criados - 1995/1998

Ano	1995	1996	1997	1998	Total
Projetos	314	433	644	965	2.356

Fonte: INCRA (2003)

4.3 Desapropriações

A quantidade de latifúndios improdutivos desapropriados no governo FHC soma 7.321.270 hectares. Considerando outras formas de aquisição de terras para a reforma agrária, mais de 9 milhões de hectares foram destinados aos assentamentos desde 1995 (TAB. 3). A aceleração da reforma agrária resultou em desconcentração da propriedade da terra em todo o país, reflexo disso é a redução do índice Gini de 0,82, em 1992, para 0,78, em 1998.

TABELA 3 - Hectares Desapropriados - 1995/98

Ano	Hectares
1985/1989	4.191.147
1990/1993	2.775.282
1993/1994	1.086.546
1995/1998	7.321.270

Fonte: INCRA (2003)

O Governo também promoveu desapropriações e expropriações punitivas de terras, determinadas pela Constituição, em terras onde se praticava trabalho em regime de escravidão ou se cultivam plantas psicotrópicas.

Em novembro de 1997, foi decretada a desapropriação da Fazenda Flor da Mata, com 11.777 hectares, no município de São Félix do Xingu, Pará, onde constatou-se, pela fiscalização do Ministério do Trabalho, a existência de 300 trabalhadores mantidos em regime de escravidão. Nesse local, criou-se o Projeto de Assentamento Lindoeste, assentando 483 famílias.

No final de 1998, a Justiça Federal examinou processos para a expropriação de mais 20 áreas de cultivo de plantas psicotrópicas.

4.4 Créditos Concedidos

O programa de crédito para a Reforma Agrária apresentou volume de investimentos crescentes no período de 1995 e 1998 (TAB. 4). Os créditos concedidos aos assentados, para implantação, custeio e investimentos das safras, totalizam acima de 1,243 bilhão de reais, aos quais devem-se somar outros 35 milhões de reais do crédito emergencial destinado aos assentamentos atingidos pela seca no Nordeste, em 1998 (TAB. 5 e 6).

TABELA 4 - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

Ano	Valor (R\$)
1995	108.873.651,00
1996	202.563.910,00
1997	204.813.355,00
1998	260.000.000,00*

Fonte: INCRA (2003)

* Em execução

TABELA 5 - Crédito de Implantação

Ano	Valor (R\$)
1995	47.794.707,00
1996	71.337.968,00
1997	150.876.640,00
1998	250.000.000,00 *

Fonte: INCRA (2003)

*Em Execução

TABELA 6 - Distribuição do Crédito Emergencial 1998*

Estado	Famílias Beneficiadas	Recursos (R\$)
Alagoas	203	186.000,00
Bahia	9.043	8.940.730,67
Ceará	11.235	8.500.000,00
Minas Gerais	1.170	1.169.920,92
Paraíba	1.104	1.098.000,00
Pernambuco	2.521	2.508.730,16
Piauí	5.208	4.080.359,35
Rio G. do Norte	6.130	6.130.000,00
Sergipe	1.277	1.058.299,64
Total	37.891	33.672.040,74

Fonte: INCRA (2003)

* Em Execução. Valores computados até 18.12.98

4.5 Orçamento

As dotações orçamentárias do Incra foram crescentes ao longo do primeiro mandato de FHC.

A redução, de 1997 para 1998, deve-se aos cortes determinados pelo ajuste fiscal e à menor necessidade de pagamento de precatórios judiciais; assim, as verbas disponíveis para investimentos continuaram crescentes (TAB. 7).

TABELA 7 - Evolução do Orçamento - 1995/98

Ano	Crédito autorizado (R\$)
1995	1.424.572,129
1996	1.524.572,129
1997	2.328.575,333
1998	1.996.347,651

Fonte: INCRA (2003)

4.6 Respeito ao Meio Ambiente

Em março de 1998, é criada a Agenda Ambiental, cujas diretrizes norteiam as ações da reforma agrária em áreas de proteção ambiental ou em florestas não declaradas. Passam a ser insuscetíveis de desapropriação as propriedades com mais de metade de sua área coberta por floresta. Caso a propriedade tenha menos de 50% em floresta, ela passa a ser suscetível de desapropriação, desde que resguardadas as áreas de proteção ambiental.

A Agenda Ambiental faz com que a reforma agrária caminhe em consonância com a questão ecológica; ao mesmo tempo, evita a prática de invasões simuladas pelos proprietários, o corte e o contrabando da madeira de lei.

A educação ambiental passa a fazer parte da didática das escolas dos assentamentos, desenvolvendo modelos de atividades sustentáveis na terra. Os agricultores aprendem a não trabalhar com cortes rasos e a usar a mata primária de forma sustentável, evitando que se façam desmatamentos na Floresta Amazônica e na Mata Atlântica.

5 O Final das Contas

No final das contas, os gastos e as reformas promovidas pelo primeiro mandato de FHC valem a pena?

A resposta depende, é óbvio, dos resultados alcançados e das alternativas existentes para um prazo maior do que este de 1995 e 1998. Considerando-se que o objetivo maior da reforma agrária é acabar com o latifúndio improdutivo, o benefício mais esperado seria o aumento da produção agropecuária. Nesse quesito, é fácil demonstrar, a despeito dos bons exemplos, que o efeito produtivo

dos assentamentos beira o nível de subsistência, ou melhor, não há dados que comprovem a participação desses novos produtores rurais no acréscimo da produção agropecuária do País.

A reforma agrária brasileira nunca passou de uma forte política social. Grupos de desempregados, excluídos no campo e na cidade, encontraram uma chance de sair da miséria. Realmente, os resultados demonstrados acima, por fontes oficiais, provocam uma certa sensação de otimismo, que termina, porém, ao ler as manchetes recheadas de notícias sobre movimentos de invasões e atos de violência de todas as partes no campo e na cidade.

Algo está errado com a reforma agrária no Brasil. Já nos anos 50, Caio Prado Jr. argumentava que não residia na terra, mas sim nas relações de trabalho, a preocupação fundamental dos trabalhadores rurais. Propiciar um bom trabalho, amparar a

parceria rural, investir nos “com-terra” pode ser preferível a inventar agricultores destinados ao fracasso, como conclui Graziano (1995).

Referências Bibliográficas

GRAZIANO, J. S. *O custo da reforma agrária*. 1995 Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/menu/entrevistas/>> Acesso em: 27 jun. 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/>> Acesso em: 27 jun. 2003.

INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/menu/entrevistas/>> Acesso em: 27 jun. 2003.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2003.

RESENHA: AVALIAÇÃO CRÍTICA DE UM TEXTO

Raíssa Pimenta Pires

Graduada em Administração, Mestre em Educação, Professora de Métodos e Técnicas de Pesquisa e Estágio Supervisionado dos cursos de Administração e de Ciências Contábeis da FAGE/FEMM

Existem vários tipos de textos científicos¹ que, como a própria expressão indica, são aqueles produzidos em função de algum tipo de pesquisa científica. O presente trabalho, entretanto, tem como objetivo apresentar a importância do resumo de um escrito², em especial a resenha crítica.

Antes de aprofundarmos em nosso objeto, é necessário que se faça a distinção entre os trabalhos de síntese. O resumo, segundo Prestes (2003, p. 34), expõe “de modo conciso, coerente e seletivo, as informações básicas de um texto já existente” e tem como finalidade “difundir informações contidas em livros, artigos ou outros documentos”. Prestes (2003, p. 34) destaca quatro tipos de resumo.

O primeiro deles diz respeito ao resumo indicativo, onde são expostos “apenas os pontos principais do texto, sem apresentar dados qualitati-

vos ou quantitativos” (*ibidem*). O segundo tipo refere-se ao resumo informativo, onde são apresentados finalidades, metodologia, resultados e conclusões do texto. Já o terceiro tipo é o resumo informativo-indicativo, que é a combinação dos dois resumos mencionados anteriormente. Por fim, o quarto tipo - resumo crítico ou resenha ou ainda recensão crítica - é um trabalho em que “as informações, além de serem sintetizadas, são avaliadas, bem como a forma e a originalidade como foram apresentadas” (*ibidem*).

Assim, na resenha, é necessário interpretar e avaliar o texto original, formulando julgamentos de valor. Em outras palavras, podemos dizer que resenha é a “apresentação do conteúdo de uma obra, acompanhada de uma avaliação crítica” (SALVADOR, 1982, p. 19).

¹Podemos citar como tipos de textos científicos: projeto de pesquisa, relatório de pesquisa, monografia, dissertação, tese, resumo, artigo científico, comunicação científica (*paper*), informe científico e ensaio. Para maiores detalhes, ver Prestes (2003).

²Também chamados por Salvador (1982) de trabalhos de síntese.

Salvador (1982, p. 20) destaca algumas exigências de quem elabora uma resenha, dentre elas:

a) *conhecimento completo* da obra. Não se deve limitar à leitura do índice, do prefácio e de um capítulo [...];

b) *competência na matéria* exposta no livro [...]. Quem não possui tal competência deve limitar-se à elaboração de uma mera apresentação da obra;

c) *capacidade de juízo crítico* para distinguir claramente o essencial do supérfluo;

d) *independência de juízo* para ler, expor e julgar com isenção de preconceitos, simpatias ou antipatias [...];

e) *correção e urbanidade*, respeitando sempre a pessoa do autor e suas intenções. A crítica pode ser dura, mas nunca desprovida de dignidade;

f) *fidelidade ao pensamento do autor*, não falsificando suas opiniões, mas assimilando com exatidão suas idéias, para examinar cuidadosamente e com acerto sua posição (grifos do autor).

A estrutura básica de uma resenha pode ser assim descrita, de acordo com Prestes (2003, p. 40):

a) apresentação da referências, ou seja, nome do(s) autor(es) do livro, nome do livro, cidade onde foi editado o livro, nome da editora e ano da obra;

b) apresentação global do conteúdo e da estrutura da obra resenhada;

c) avaliação crítica do texto, considerando-se “conteúdo, objetivo(s) e destinatários; plano estrutural e desenvolvimento lógico da temática; linguagem, vocabulário e estilo do autor e valor do texto para determinada área de conhecimento”.

Podemos dizer que a resenha tem duas grandes relevâncias. A primeira diz respeito a quem está

elaborando a resenha crítica. É uma forma de aumentar seu conhecimento, de praticar análise, decompondo o assunto em partes, com o intuito de melhor apreender e determinar os temas essenciais, de expor suas idéias de forma crítica. Além disso, destacamos que, para um pesquisador em fase inicial, a resenha é um importante instrumento para uma primeira aproximação com publicação científica, já que, apesar de sua importância, é o tipo de texto científico menos complexo, se não levarmos em conta os resumos citados anteriormente.

A segunda relevância se refere ao leitor da resenha. Nesta segunda vertente, servirá como meio transmissor de crítica e avaliação, já que o leitor tomará conhecimento prévio do conteúdo e da importância da obra resenhada e, assim, poderá decidir se lerá ou não o livro.

Por fim, levando em consideração esses dois aspectos, destacamos que resenhar, ou seja, fazer descrição crítica minuciosa de uma obra, é de grande importância para a construção do saber científico, já que poderemos obter maior conhecimento e prática em trabalhos acadêmicos, além de ajudar a disseminar, ao termos uma resenha publicada, a proeminência ou não de uma obra.

Referências Bibliográficas

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia*. 2. ed. São Paulo: Respel, 2003.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográficas*. 10. ed. Porto Alegre: Sulina, 1982.

RESENHA

OECH, ROGER. *Um “toc” na cuca*. 10 ed. São Paulo: Cultura, 1995.

Ana Paula Duarte Flister e Elisa Maria da Silveira
Graduandas em Administração pela FAGE/FEMM

O livro *Um “toc” na cuca* se baseia nas experiências de seu autor, Roger Von Oech, que é fundador e presidente da Creative Think, em Menlo Park, Califórnia, uma empresa especializada em inovação e criatividade em negócios, que oferece

consultoria, seminários, conferências e trabalha como agência de idéias para inovadores e empresários, ajudando-os a administrar suas idéias de modo mais eficaz. Von Oech é formado pela Universidade Estadual de Ohio, onde recebeu o prêmio Bolsa de

Estudos Presidencial e o prêmio Estudante-Atleta. Concluiu o doutorado na Universidade de Stanford, com um programa interdisciplinar de sua autoria, sobre História das Idéias.

Ao construir uma nova empresa, a questão é criar um ambiente em que as pessoas possam ser eficientes e inovadoras, ou seja, trabalhar com criatividade. O mercado está muito competitivo, por isso, é importante que os profissionais busquem um diferencial, algo que os destaque da multidão, e esse diferencial é a criatividade. Esse é o principal objetivo do autor com o livro *Um "toc" na cuca*, incentivar as pessoas a serem criativas, manipulando o conhecimento e a experiência que possuem na procura por novas idéias.

Na nossa vida cotidiana não precisamos ser criativos para fazermos boa parte das nossas atividades, pois desenvolvemos rotinas que nos orientam em quase tudo, e sem elas nossa vida seria um caos e não conseguiríamos realizar muita coisa. Tais atitudes, de pensarmos sempre "no mesmo", são bastante necessárias, mas representam bloqueios quando tentamos ser criativos. Precisamos ser capazes de desaprender o que sabemos, desfazer nossos bloqueios, pelo menos enquanto estivermos tentando ter idéias.

Em geral, as pessoas não gostam de problemas. Quando dão de cara com um, normalmente reagem, pegando a primeira saída para fugir dele. Se temos uma idéia temos apenas uma linha de raciocínio, mas é preciso ter criatividade para buscar uma segunda resposta, propiciando diferentes maneiras de ter outras saídas. Ter capacidade de deixar o pensamento fluir, tornar-se difuso. Quando se procura uma nova idéia, o pensamento deve ser livre, mas quando se coloca em prática tal idéia, o pensamento deve tornar-se mais concreto, fazendo com que caiba nos limites das soluções práticas, analisando o risco e preparando a idéia para transformá-la em ação.

Um pensamento criativo não é só construtivo, pode ser destrutivo também, ou seja, é preciso quebrar um padrão para descobrir outro. Aderir a mudanças e ser flexível diante das normas proporciona maior facilidade de se obter novas idéias. Os erros mostram quando se deve mudar de rumo, pois aprendemos por tentativas de erro, e esses erros são "tocs" que nos levam a pensar em algo diferente.

Grande parte das idéias surge quando se brinca; brincar de bobo é um jeito excelente de gerar idéias e checar pressupostos, fazendo perguntas mais ingênuas e reagindo às situações de modo espontâneo, descompromissados e livres descobrimos muitas coisas. O "faz de conta" é a fonte principal do brincar e criar. Tudo o que foi criado foi antes imaginado. Pessoas que se divertem no trabalho produzem mais idéias, pois a alegria contagia a todos e o trabalho é feito com mais afinco.

Há tantas coisas no mundo que é impossível prestar atenção em tudo, e para administrar todas essas informações as pessoas usam como estratégia a especialização, que é inevitável na nossa vida. Mas não podemos deixar que ela nos restrinja a um pequeno campo de visão, pois delimitamos os problemas, procurando sempre a resposta certa e isso pode acarretar conseqüências na nossa maneira de pensar e de enfrentar os problemas, impedindo a busca de novas idéias em nossa própria área e em outras também. Devemos ser práticos, ter capacidade de explorar a imaginação e construir a partir dela idéias criativas e inovadoras.

As pessoas tendem a evitar situações ambíguas por causa dos problemas de comunicação que elas podem trazer, porém elas podem ser um poderoso estímulo à imaginação e, assim, serem usadas para encontrar algo diferente, porque forçam as pessoas a saírem dos trilhos convencionais e a questionarem.

Uma importante diferença entre pessoas criativas e menos criativas é que as criativas prestam atenção às suas menores idéias, porque sabem que uma pequena idéia pode resultar em uma grande descoberta e acreditam que são capazes de fazer isso acontecer.

Um "toc" na cuca é uma obra bastante interessante e divertida, pois trata de um assunto que está em alta nos dias de hoje, que é a criatividade, de maneira bem humorada, fazendo com que os leitores se prendam à leitura. É recomendado a pessoas que desejam administrar e aplicar suas idéias de modo mais eficaz, abrindo a cabeça para um pensamento mais inovador, incentivando as pessoas a darem valor às suas idéias e a terem persistência para continuar construindo a partir delas; dá um "toc" para estimular as idéias de cada um.

Juliano de Freitas Marques e Michelle Duarte Machado
Graduandos em Administração pela FAGE/FEMM

Kenneth Blanchard educador e consultor, juntamente com Spencer Johnson, médico e psicólogo, premiados pela autoria de inúmeros *best-sellers*, nos apresentam em sua obra "O Gerente Minuto: como tomar decisões rápidas" uma história de grande valia, em especial para graduandos em Administração, haja vista que o enfoque central está voltado diretamente à explicitação de um método de gerência específico, denominado por eles "Gerência-Minuto".

A história retrata um jovem garoto em busca de aprender como ser um gerente eficiente. Ele procura um método que traga bons resultados econômicos, ao mesmo tempo em que valorize o capital humano dentro das empresas, ou seja, um método de gerenciamento perfeito. Essa incessante busca o leva a vários locais, onde ele encontra diferentes modos e doutrinas gerenciais. Ele se vê diante de várias possibilidades de como gerenciar, desde as mais aristocráticas, rígidas até as denominadas "boazinhas" ou incoerentes.

Até que, por ironia do destino, ele se depara com o tão esperado modo de *gerência perfeita* bem próximo dele, em cidade vizinha.

Sabendo disso, ele se prontifica imediatamente a procurar entender e aprender detalhadamente tanto quanto possível conciliar resultados e pessoas dentro das empresas, sem que isso gere conflitos e desgastes desnecessários à estrutura física e psicológica das empresas.

O maior desafio para se conhecer a "Gerência-Minuto" era tentar entender como um sistema de gerenciamento era capaz de estabelecer relacionamentos construtivos entre líderes e liderados e, ainda, fazer com que as pessoas se sentissem plenamente satisfeitas em fazer parte daquela equipe.

Após algumas conversas, entrevistas e opiniões de pessoas diretamente envolvidas com esse tipo de comando, o jovem garoto percebeu que a tal "Gerência-Minuto" nada mais é do que a aplicação de um simples método de relacionamento, baseado no pressuposto de que todos são capazes de controlar seus comportamentos, basta que simples-

mente sejam conscientizados de sua capacidade. Na verdade, somos capazes de realizar as tarefas por nós mesmos, sem que haja a necessidade de sermos vigiados o tempo todo.

Esse método eficiente de gerência é baseado em três segredos fundamentais, os quais podem ser assim resumidos:

1) "Objetivos-Minutos": Determinar e explicitar claramente objetivos a serem alcançados em uma folha de papel, de forma que possa ser lida em um minuto. Cada um deve saber exata e minuciosamente tudo aquilo que se espera que ele faça, a fim de não surpreender-se nem ser surpreendido por falhas na comunicação.

2) "Elogio-Minuto": *flagrar* as pessoas em momentos de acertos – e não nos momentos de erros, como de costume da maioria das gerências – e imediatamente elogiá-las. Entende-se que, assim, ao mostrar a capacidade de acerto das pessoas, aumenta-se o grau de envolvimento e responsabilidade dos funcionários para com as empresas.

3) "Repreensão-Minuto": Diante de uma situação de erro, deve-se comunicar imediatamente à pessoa o seu erro, de modo a fazer com que ela entenda que a repreensão é tão somente à conduta errada – e não à pessoa – e lembrá-la de seu grande potencial de acerto. Por fim, demonstrar como se sentiu diante desse erro, uma vez que se interessa por ela. E o principal, passado o momento da repreensão, não mais se deve puni-la pelo mesmo erro.

Ao entender como funciona realmente a "Gerência-Minuto", ele foi convidado a trabalhar na empresa na qual se embasou na realização da pesquisa.

Ser um "Gerente-Minuto" não é uma tarefa fácil, exige uma visão diferenciada de gerenciamento de pessoas e comportamentos. O estudo e o aprendizado do jovem garoto sobre os principais fundamentos da "Gerência-Minuto" fizeram com que ele se saísse muito bem no desempenho de suas tarefas naquela empresa, o que, para ele, era de grande importância.

Consequência: Como já era de se esperar, tornou-se um "Gerente-Minuto".

Esse livro nos proporciona uma leitura clara, envolvente e rápida.

O livro nos faz entender e valorizar ações simples, cotidianas – que, na maioria das vezes, duram menos de um minuto – e que são de grande valia para nossa vida profissional e pessoal.

Nota-se que é realmente possível se tornar um "Gerente-Minuto", baseado em atitudes simples e de grande valor, que consigam conciliar resultados empresariais (econômicos), interesse por pessoas e ainda ser admirado por seus subordinados. Para se chegar a isso, são necessárias algumas mu-

danças fundamentais nos comportamentos dos gerentes, como aprender a melhor forma de lidar com pessoas, como motivá-las.

Durante o desenrolar do texto, é fácil perceber que o principal segredo da "Gerência Minuto" concentra-se basicamente em não cometer os mesmos erros que os outros tipos de gerência cometem frequentemente, a começar pela valorização da capacidade humana dentro das organizações.

O livro "O Gerente Minuto" nos faz enxergar a real importância da função gerencial em seus diversos aspectos, bem como nos mostra a melhor forma de lidar com nossas habilidades e monitorar nossos comportamentos.

RESENHA

SALIM, Cesar et al. *Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso*. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 240 p.

Robson de Souza Baesso

Graduando em Administração pela FAGE/FEMM

Construindo Planos de Negócios é um livro recomendado para estudantes de administração, para empreendedores que queiram começar seu negócio e mesmo para profissionais da área administrativa que desejem rever rapidamente conceitos e idéias importantes na concepção e gestão de uma empresa. Esse livro pode ser lido de diversas maneiras: o leitor pode fazê-lo rapidamente num fim de semana e tirar boas idéias e lições do livro; pode também o leitor fazê-lo com mais tempo, dedicando-se aos exercícios e à análise do conteúdo oferecido; mas é na leitura como livro texto ou livro de apoio, em diversas disciplinas do curso de Administração de Empresas, com o acompanhamento de um bom professor, que o livro vai alcançar sua meta de estabelecer uma grande parceria entre aluno e professor, maximizando o aprendizado do primeiro e potencializando o trabalho do segundo.

Essa parceria é, com certeza, o objetivo dos autores, que criaram o livro em função da disciplina Planejamento de Negócios, oferecida pela PUC-Rio. O livro foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, de modo a transmitir aos alunos uma visão ampla e conjunta de todos os aspectos envolvidos num plano de negócios. Os autores buscaram

ferramentas para envolver os alunos na leitura e torná-la mais dinâmica. Assim, há exercícios antes e depois da leitura de cada tópico, a fim de preparar o aluno para ele, além de rever e consolidar o aprendizado, sendo que, logo após o espaço reservado para a resposta do aluno, o livro mostra a resposta oferecida pelos professores, para que o estudante possa verificar o aprendizado. Em várias seções do livro, há perguntas feitas por alunos do curso da PUC, representando dúvidas mais comuns ou oportunidades para aprofundamento de algumas questões. Além disso, a composição gráfica do livro permite ao leitor optar por uma leitura lenta e detalhada ou rápida e dinâmica, percorrendo os conceitos e exemplos antes de se aprofundar na leitura. Em virtude de o livro ter sido feito para o aluno, com a participação de alunos e por professores competentes e determinados a beneficiar os alunos, o resultado alcançado é excelente. *Construindo Planos de Negócios* é um livro interativo e de fácil leitura, sem deixar de lado a parte técnica da elaboração de planos de negócios. Na verdade, o livro peca apenas ao utilizar excessivamente os termos em inglês – com grafia errada em alguns casos¹ – mesmo quando há correspondentes em português à disposição

¹Os autores escrevem '*First commers*' no lugar de '*First comers*', cometendo um erro desnecessário, pois a palavra 'pioneiros' seria suficiente. Também não está claro o conceito de '*burn rate*', sendo confundido com o de '*overhead*'.

dos autores. Talvez fosse o caso de deixar aos cuidados dos professores mostrar aos alunos as expressões em inglês, haja vista a importância desse idioma no mundo atual, e utilizar, no livro, o idioma português preferencialmente.

O livro está dividido em quatro capítulos. No primeiro, os autores procuram mostrar o que é um plano de negócios, seus objetivos e qual a sua importância para o sucesso de qualquer empreendimento, aproveitando para rever conceitos como oportunidade, inovação, capital de risco e planejamento estratégico, entre outros.

No segundo capítulo, que é o mais extenso, mostra-se como é elaborada cada parte de um plano de negócios: sumário executivo, resumo da empresa, produtos e serviços, análise do mercado, estratégia do negócio, organização e gerência do negócio e planejamento financeiro. Embora as explicações sejam boas e os exemplos abundantes e diversificados, é nesse capítulo que se faz mais necessário o apoio de um bom professor, para esclarecer dúvidas, dar novos exemplos e praticar a elaboração de cada seção do plano junto com os alunos.

No capítulo seguinte, já com uma boa visão do que seja um plano de negócios, o aluno tem a oportunidade de analisar dez casos de empresas que cometeram erros ao entrar ou ao se reposicionar no mercado, podendo estudar, em seguida, os comen-

tários dos autores.

Por fim, no último capítulo, pode-se ver um plano de negócios real, completo e detalhado de uma empresa que pretendia se aventurar no mercado oferecido pela *internet*. Mais uma vez, o leitor é convidado a tecer considerações sobre o exposto e, em seguida, tem acesso à visão crítica dos autores em relação ao plano de negócios apresentado.

Após o último capítulo, são oferecidos dois anexos muito oportunos e interessantes: o primeiro, revendo conceitos de Matemática Financeira, Administração Financeira e Análise das Demonstrações Financeiras, e o segundo, mostrando o processo de formação de preços por hora de uma empresa prestadora de serviços.

Enfim, o livro é ótimo e sua leitura deveria ser estimulada, quiçá exigida, em todos os cursos de Administração de Empresas do país e sugerida para todos os heróis empreendedores que decidam aventurar-se em seu próprio negócio num país em que 90% das novas empresas fecham com menos de cinco anos de existência. É importante notar, ainda, que os autores fugiram das abordagens feitas pelos 'gurus' da administração, deixando claro que não existem fórmulas mágicas para o sucesso e que este demanda talento, competência e muito trabalho. Mal posso esperar por uma nova edição revista, atualizada e ampliada. Boa leitura!

LEI DAS FALÊNCIAS

Luciana Evelise Amorim Vasconcelos

Professora de Mercado Financeiro do Curso de Administração e Coordenadora do curso de Ciências Contábeis da FAGE/FEMM

Em tempos de recessão, desemprego, retração das vendas no comércio e da produção industrial, crédito curto e muito caro - isso como resultado de uma política econômica ultraconservadora, que mantém os juros em patamares sufocantes, há descontentes em relação às definições sobre a redistribuição dos direitos entre credores, fisco e trabalhadores e ao papel do judiciário na recuperação de empresas. Por isso, o projeto de Lei de Falências criará condições para uma queda nos juros, considerando que os riscos de ca-

lote diminuirão em razão da precedência que terão as instituições financeiras no recebimento de seus créditos.

O projeto regula a falência, a concordata preventiva e a recuperação das empresas que exercem atividade econômica regida pelas leis comerciais. Para esses processos, o texto prevê que o juiz nomeará síndico, comissário ou administrador judicial, respectivamente - escolhido em listas encaminhadas pelos conselhos profissionais de advogados, economistas e administradores e organizadas pelas

câmaras especializadas dos Tribunais de Justiça ou outro órgão especial.

A nova Lei de Falências é a criação do processo de recuperação das empresas. Com um prazo de 180 dias para que credores e empresas entrem em acordo, o processo evita a interrupção das atividades empresariais e, conseqüentemente, a instabilidade e o desemprego.

Existe também a modificação da relação de prevalência no recebimento de créditos. Atualmente, quando o credor pede falência da empresa, a justiça avalia o patrimônio e apura os créditos e os débitos existentes. O patrimônio e os créditos, então, são utilizados para quitar a dívida. Isso exige uma ordem de prioridade, considerando que a situ-

ação da empresa é deficitária. Prioriza-se, então, o pagamento dos débitos trabalhistas e, em seguida, a quitação dos débitos previdenciários e fiscais.

Como se vê, as instituições financeiras são ressarcidas a longo prazo, o que encarece os encargos por elas cobrados. Com a nova lei, essa relação é invertida. O governo estabelece que as instituições financeiras tenham prevalência no recebimento de seus créditos, o que, certamente, reduzirá os juros, em função da diminuição dos riscos a que estarão expostas.

Ainda se fazem necessárias algumas discussões e revisões, mas o que se sabe ao certo é que é árduo fazer essas reformas e que o Brasil terá que discuti-las o mais breve possível.

A LEI DE FALÊNCIAS E AS SUGESTÕES AO SUBSTITUTIVO

Breño Lessa Rocha

Aluno do curso de Ciências Contábeis da FAGE/FEMM

Se nos perguntarmos por que os contadores deverão conhecer a Lei Falimentar, poderíamos listar vários fatores, mas, atualmente, neste mundo de constantes mudanças, o mínimo que um bom profissional pode fazer é conhecer toda e qualquer legislação que de alguma forma influencie seu trabalho. Portanto, acompanhar e conhecer as possíveis modificações que estão por vir faz parte do perfil de um bom profissional. Hoje, quando uma empresa entra em processo falimentar, provavelmente já passou por problemas econômicos financeiros que vão requerer uma análise crítica do contador. E para que se faça essa análise, é preciso conhecer a legislação que a regula.

A atual lei falimentar brasileira merece ser reformada, imediatamente, para se adaptar à realidade de um novo milênio, em que novos mercados surgem em uma velocidade jamais vista, com uma globalização envolvente, que nos torna parte de um conjunto universal e que exige do legislador uma sintonia direta com a justiça social e com a realidade atual.

Foi pensando em tudo isso que se elaborou o Projeto de Lei nº 4.376/93, com o objetivo de aumentar a produtividade e a estabilidade da economia, diminuindo riscos e custos de todos os agen-

tes econômicos, de forma a dispor regras e procedimentos compatíveis com o ordenamento econômico e jurídico do país. Esse projeto visa inovar a atual Lei de Falência, datada de 1945. Vale ressaltar alguns pontos relevantes nessa nova proposta em trâmite no Congresso Nacional.

❑ Adotou o instituto da recuperação da empresa, visando reorganizá-la, em vez de destruí-la, para a manutenção dos empregados, a preservação da produção e a circulação da riqueza.

❑ Inova com muita felicidade, na denominação do projeto, também manteve a preocupação na recuperação e liquidação judicial de empresas e pessoas físicas que exerçam atividades econômicas em nome próprio e de forma organizada, visando recuperá-las, e resguardou as linhas mestras do projeto, como a submissão das empresas de economia mista e as empresas públicas, com finalidade econômica e de cunho mercantil.

❑ Cria-se a figura do administrador judicial (pessoa física ou jurídica), que terá por incumbência administrar os bens do devedor, ou auxiliá-lo na administração durante a reorganização; a alteração de peso é a determinação judicial para a formação de um comitê de recuperação (art. 59), sendo que o administrador dele participa como membro nato e seu presi-

dente. Sua competência é eminentemente fiscalizadora em relação ao devedor, mas poderá elaborar um plano de recuperação econômico alternativo e apurar toda e qualquer reclamação dos interessados, emitindo parecer a respeito. Há, assim, dupla fiscalização sobre o devedor e a democratização dessa fiscalização por todos os interessados na recuperação da sociedade.

Esses apontamentos somente demonstram algumas das modificações sugeridas ao Congresso Nacional, mas, como qualquer Projeto de Lei, merece uma boa revisão e reparos são sugeridos por alguns críticos. Essa revisão tem sua maior ênfase no que diz respeito à Lei de Licitações e Contratos, que também deve ser contemplada com alterações a dispositivos que se refletem diretamente nesse substitutivo, com as quais se deve conformar plenamente.

Críticas e sugestões à parte, o simples fato de começarmos a discutir essas modificações já é um grande passo para que se comece a repensar a nossa lei atual. Como profissionais, devemos nos preocupar em acompanhar as mudanças e colaborar no gerenciamento dessas informações dentro das instituições em que trabalhamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SZKLAROWSKY, Leon Fredja. A recuperação da empresa na nova lei de falências. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, DF, ano 7, n.156, p. 14-28, 15 jul.2003.

ZANETTI, Robson. A nova lei de falências e concordatas. *Jus Navigand*, Teresina, ano 7, n. 65, maio 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4033>>. Acesso em: 15 set. 2003.

CRÍTICAS À NOVA LEI DE FALÊNCIAS

Karen Caroline de Avelar

Aluna do curso de Ciências Contábeis da FAGE/FEMM

A atual legislação é alvo de críticas pesadas por beneficiar mais o devedor, fazendo com que o credor tenha que esperar, muitas vezes, longos prazos para poder receber, uma vez que a lei atual concede ao falido ou concordatário inúmeras opções de prorrogamento da dívida. Essas opções seriam uma das causas do elevado spread bancário, resultando nas elevadas taxas de juros praticadas no Brasil.

Outro problema destacado pelos credores é a atual prioridade dada às dívidas trabalhistas e tributárias, que tornam, muitas vezes, insustentáveis as garantias dadas a empréstimos bancários e outros. Para contornar esse problema, quando da criação do Sistema Brasileiro de Pagamentos - SBP, que abrange a compensação do mercado interbancário, a Medida Provisória 2.008, de 1999 (convertida na Lei nº 10.214, de 2001), eliminou a prioridade de débitos trabalhistas e tributários em caso de inadimplência entre instituições financeiras, nesse mercado.

Uma lei de falência e concordata, segundo a teoria da recuperação das empresas, não se destina

a proteger o devedor, tampouco o credor, mas sim as relações de crédito, resguardando prioritariamente aquelas dívidas de caráter alimentício ou tributário. Na nova lei, se procura evitar falências, para reduzir o risco dos bancos credores e, assim, baixar os juros. Porém, há um dispositivo na lei que já causa controvérsias: é o que tira dos trabalhadores a preferência que eles têm sobre outros credores (exceto o Fisco) na hora de receber o ressarcimento pela falência de uma empresa. Por essa mudança, os trabalhadores iriam para o fim da fila do ressarcimento, depois do governo e junto com fornecedores, bancos e outros eventuais credores da empresa em dificuldade. Em outras palavras, o ideal seria estabelecer um equilíbrio na regulamentação, impedindo que eventuais devedores não venham a se beneficiar dos institutos da falência e concordata, mas também protegendo aqueles devedores de menor capacidade de defesa - os trabalhadores - ou os que representam o interesse público - os erários das três esferas de governo.

O projeto original mantém nos mesmos termos a classificação de prioridade para o pagamento

das dívidas da massa falida, a saber: dívidas trabalhistas; dívidas fiscais; dívidas hipotecárias; demais dívidas. Uma das novidades do Projeto é estender o instituto da falência e concordata não só para comerciantes, mas também para sociedades civis (S/C) e pessoas físicas que exerçam atividade econômica; passa a englobar também as empresas estatais e públicas (possibilidade que hoje já vigora por meio de outra lei). Outro destaque é a criação de um novo instituto, intermediário entre a falência e a concordata, a “recuperação”, que permite que uma empresa falida possa requerer sua volta à atividade, desde que garanta a liquidação dos compromissos e sob a administração de seus donos originais. O Projeto também iguala todos os créditos, exceto os trabalhistas e tributários, desconstituindo as garantias originalmente existentes antes da falência.

Os grandes conflitos dessa matéria podem ser resumidos em torno de três grandes temas:

- ❑ a participação dos credores na administração da “recuperação” e na “liquidação judicial” versus a participação do Ministério Público e da Justiça;

- ❑ a prioridade das dívidas (trabalhistas, tributárias e dívidas com garantias anteriores);

- ❑ tratamento especial dado a instituições financeiras e outros casos em que haja relação cruzada de débitos e créditos, como é o caso de mercados financeiros formais, como a Bolsa de Valores e sistemas de compensação.

Criada na década de 40, a atual Lei de Falências não atende mais à complexidade jurídica das empresas de hoje. A principal mudança da nova lei é a que cria a figura da recuperação da empresa, que dá mais flexibilidade às negociações em relação à concordata, sempre com a meta de manter a empresa funcionando, apesar das dificuldades.

Assim, a nova lei busca ao máximo evitar a falência de uma empresa, mantendo-a em atividade, para reduzir o temor dos bancos na hora de emprestar dinheiro. Com menos riscos, supõe-se que os bancos reduziram os juros, pois deixariam de incorporar nas taxas a possibilidade de levar calote.

Além disso, a matéria se interliga com outras normas relativas ao tratamento das relações devedor/credor. Dado ser o interesse principal da área econômica do Governo a eliminação do que ela considera um obstáculo à queda do *spread* bancário na composição da taxa de juros doméstica, haverá, necessariamente, a conjugação do exame dessa matéria com outras regulamentações que vissem melhorar a posição do credor na execução de dívidas vencidas e de suas garantias. Mas essa é com certeza uma matéria delicada, por envolver também aspectos políticos e ideológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MORAIS, Lécio. *O projeto de lei de falências e concordatas*. 2003. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br>>. Acesso em: 05 ago.2003.

**Esta publicação é editada pela Faculdade de Ciências Gerencias da Fundação Educacional Monsenhor
Messias (FAGE/FEMM)**

Av. Castelo Branco, 2765 Bairro Santo Antônio CEP 35701-242 Sete Lagoas, MG
Telefone: (31)3773 2022 Fax: (31)3773 8911
www.unisete.br

Presidente da FEMM: *Paulo Rogério Campolina Paiva*

Diretor da FAGE: *Jaime Borato*

Coordenadora do Departamento de Administração: *Jakeline França Dutra*

Coordenadora do Departamento de Ciências Contábeis: *Luciana Evelise Amorim Vasconcelos*

Coordenador do Departamento de Ciências Econômicas: *José de Anchieta Monteiro*

Revisão e Editoração: *Ziléa Barbosa de Freitas e Dilermando Lúcio de Oliveira*

Impressão: *Gráfica da FEMM*

Tiragem: *1000 exemplares*